

Criado em Janeiro de 2004. Inclui:

- Secretaria Executiva (SE)
- Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
- Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)
- Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC)
- Secretaria Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza (SESEP)
- Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)

Assistência Social

- Gestão da Política Nacional de Assistência Social e do Fundo Nacional de Assistência Social
- Garantia do funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- Implementação de programas, benefícios e serviços da rede de assistência social (CRAS, CREAS, Centros Pops)
- Ação integrada dentro do Plano Crack é Possível Vencer

Segurança Alimentar e Nutricional

- Implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- Promoção do acesso à alimentação adequada e saudável, acesso à água (cisternas), apoio à produção (Ater, Fomento, Sementes) comercialização, distribuição e consumo de alimentos (PAA); educação alimentar e nutricional, segurança alimentar e nutricional de povos e comunidades tradicionais (cestas básicas).
- Apoio à estruturação e implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)

Avaliação e Monitoramento

Avaliação, monitoramento, gestão da informação, formação e disseminação

- Dados dos programas
- Desenvolve Ferramentas e aplicativos
- Indicadores de monitoramento
- Pesquisas e estudos avaliativos
- Cursos de formação e capacitação
- Estudos Técnicos

Brasil Sem Miséria (BSM)

Promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre

- Elevar a renda familiar *per capita*: Transferência de Renda
- Ampliar o acesso aos serviços públicos: ações de cidadania e bem estar social, educação (creches, mais educação), saúde.
- Ampliar o acesso às oportunidades de ocupação e renda: Inclusão Produtiva urbana e rural

Renda de Cidadania

- Realização de atividades de gestão do programa **Bolsa Família**, **Brasil Carinhoso** e **Cadastro Único** para Programas Sociais
- Articulação do **Programa Bolsa Família** com os demais programas sociais do Governo, com o objetivo de integrar ações na área de renda de cidadania.

PBF - Bolsa Família

Transferência
condicionada
de renda



- Focalizada
- Condicionada
- Livre Utilização



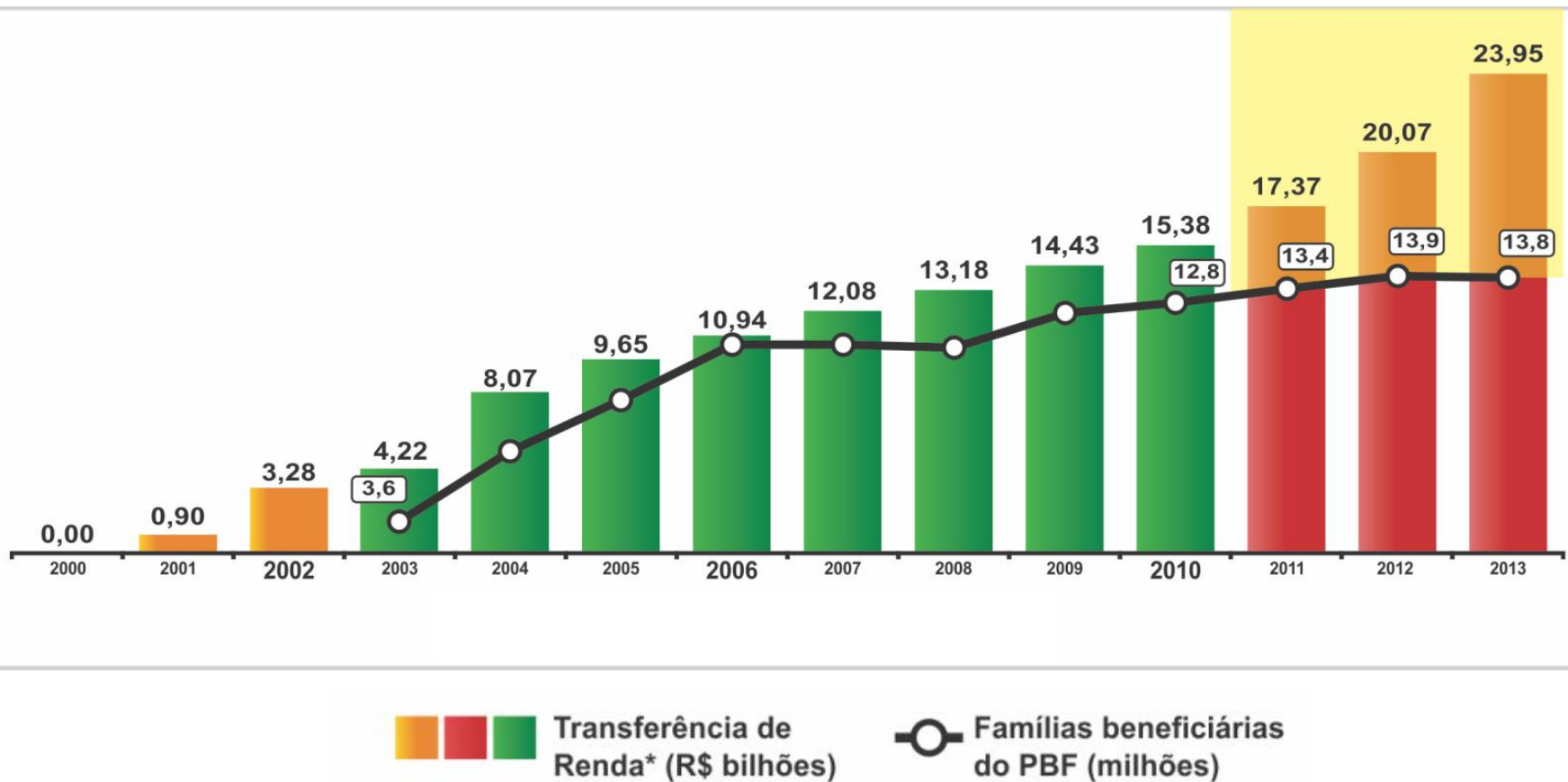
- Alívio imediato da pobreza (renda)
- Ruptura do ciclo intergeracional da pobreza (condicionalidades)
- Desenvolvimento das famílias (ações complementares)

Programa Bolsa Família

Os benefícios pagos pelo PBF variam de acordo com a renda e da composição da família

Tipos e valores de benefícios		
Básico	famílias extremamente pobres	70 reais
Variável (até 5 por família)	- crianças e adolescentes de até 15 anos - Gestantes: pelos 9 meses da gravidez (benefício gestante) - Nutrizes: crianças de até 6 meses de idade (benefício nutriz)	32 reais
Variável Jovem (até 2 por família)	jovens de 16 e 17 anos	38 reais
Variável BC	Famílias com crianças e adolescentes de até 15 anos	Variável até 70 reais <i>per capita</i>
Variável BSP	Famílias com <i>per capita</i> inferior a R\$ 70,00	Variável até 70 reais <i>per capita</i>

Evolução dos Programas de Transferência de Renda



(*) Valores reais (2011). Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Família e Cartão Alimentação. Fonte: MDS.

Brasil Carinhoso (BC) e Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP)

- **PBC (benefício 0 a 6 anos):** garantia de renda familiar *per capita* de pelo menos R\$ 70 para famílias do PBF com pelo menos uma criança de 0 a 6 anos.
- **PBC (benefício 0 a 15 anos):** garantia de renda familiar *per capita* de pelo menos R\$ 70 para famílias do PBF com pelo menos uma criança de 0 a 15 anos.
- **BSP (ampliação em fevereiro de 2013):** garantia de renda familiar per capita de pelo menos R\$ 70 para famílias do PBF.
- **Creches:** Além de visar aumento da renda familiar, o Brasil Carinhoso incentiva a criação de vagas em creches públicas por meio da antecipação de recursos do Fundeb para novas vagas, bem como a ampliação do atendimento das famílias do Bolsa Família, por meio da ampliação em **50%** do valor do Fundeb para cada crianças do PBF matriculadas em creches públicas: **R\$ 210 milhões repassado em 2012.**

Dados do Bolsa Família:

- Valor médio do benefício: R\$ 150,00 (março 2013)
- Valor médio do benefício para extremamente pobres: R\$ 240,00 (março 2013)
- Total de Benefícios Básicos: 12,5 milhões (março 2013)
- Total de Benefícios Variáveis: 21,2 milhões (março 2013)
- Total de Benefícios Variável Jovem: 2,5 milhões (março 2013)
- 182 mil benefícios gestante(janeiro 2013)
- 181 mil benefícios benefício nutriz (janeiro 2013)
- Retorno garantido aos que saíram do PBF mas voltaram à condição anterior.
- 93% do cartão do bolsa com as Mulheres

Críticas e Argumentos

Programas de Transferência de Renda com Condicionalidades:

- Foco deliberado nas Mulheres: PBF - titularidades dos cartões com as mulheres: Reforça identidade feminina ligada ao cuidado e à maternidade reproduzindo um modelo de relações de gênero fundado na desigualdade.
- Esta orientação baseia-se numa visão naturalizada do papel social das mulheres: como mais comprometidas com o bem estar dos membros da família.
- Pesquisas demonstram que as mulheres fazem uso mais efetivo dos recursos repassados: gastam na compra de alimentos, pagamento de contas de serviços, material escolar, transporte, remédios etc. Ou seja, investem na família como um todo.
- Elas são, portanto, parceiras estratégicas em iniciativas de desenvolvimento e programas de transferência de renda com condicionalidades. Porém, questões relativas às condições necessárias para o desenvolvimento das mulheres são secundarizadas.
- **Condicionalidades:** Ao serem responsabilizadas pelo cumprimento das condicionalidades, há um aumento das suas atividades no âmbito da esfera doméstica e diminuição do seu tempo disponível para atividades da esfera pública (trabalho remunerado, participação política e social, etc.)

Propostas

- O **empoderamento das mulheres** (construção da **autonomia pessoal, social e política**) deve ser tomado pelo Estado como uma meta em si.
- Empoderamento requer: desenvolvimento de habilidades e desenvolvimento humano, por meio da implementação de projetos e serviços que fomentem mudanças nas relações de poder entre homens e mulheres e permitam uma maior e mais equânime participação das mulheres no mercado de trabalho e em processos decisórios.
- Isso implicará na construção de políticas de inclusão produtiva urbana, e rural, de intermediação para o trabalho, e de política de proteção e cuidado (aumento das vagas em creches, escolas de tempo integral etc.), além de aperfeiçoamento das políticas públicas universais como de saúde, educação, trabalho etc.
- **Creches**: Maioria das famílias pobres têm acesso escasso à serviços públicos de cuidado para as crianças de 0 a 5 anos, dificultando a entrada de mulheres pobres com criança nesta faixa etária em posições de trabalho estável e remunerado e a sua capacitação para a entrada no mercado de trabalho. A maioria das escolas são de meio turno, sendo este mais um fator que dificulta a autonomia econômica das mulheres. Portanto, **acesso a creches públicas e escolas em tempo integral são iniciativas importantes**.
- Ministérios ou órgãos que coordenam Programas de Transferência de Renda não criam espaços internos de discussão sobre direitos das mulheres, ficando distantes das questões e das demandas dos grupos e órgãos que se dedicam a esta agenda.
- **Controle Social**: Deveria haver mais controle social dos usuários destes programas através da construção de processos participativos.

Políticas para as Mulheres e de Gênero no BSM

BSM: Plano do governo federal efetivado por intermédio da articulação de diferentes órgãos e coordenado pelo MDS - tem construído iniciativas importantes para o empoderamento das mulheres, em termos de inclusão produtiva urbana e rural, e acesso a serviços. Exemplos:

Inclusão Produtiva

a) População Urbana

- Capacitação profissional de membros do Cadastro (CadÚnico) - famílias com rendimento *per capita* de até meio salário mínimo, ou que o valor total não excede 3 salários mínimos.
- Política de intermediação de trabalho (por intermédio do SINE/MTE).

Pronatec:

- Oferta de cursos por meio do Sistema S, Institutos Federais, Escolas Técnicas Estaduais, e escolas privadas habilitadas pelo MEC. Os cursos são ofertados de acordo com a demanda local do mercado.
- Acessíveis para pessoa com baixa escolaridade
- 420 tipos de cursos em diferentes áreas
- 316,3 mil matrículas (março 2013). A meta é chegar a 1 milhão de pessoas até 2014.
- 66% dos alunos são mulheres.

Políticas para as Mulheres e de Gênero no BSM

Microcrédito Produtivo Orientado - Crescer: 588 mil operações realizadas por beneficiários do BF (maio 2012).

Microempreendedor Individual - MEI: Formalização de 244,7 mil beneficiários do BF (Nov. 2012).

b) **População Rural:** além de capacitação profissional (Pronatec Rural), crédito e incentivos como Assistência Técnica Rural, Fomentos, Bolsa Verde, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com ações afirmativas para as mulheres.

PAA - 29% são mulheres. Orientação para que 40% dos beneficiários sejam mulheres.

Políticas para as Mulheres e Gênero do BSM

Serviços:

Creches

- **Brasil Carinhoso:** Ampliação das vagas na rede de creches públicas e conveniadas com as Secretarias Municipais de Educação e criação de incentivos financeiros nos municípios para a ampliação de vaga para filhos de beneficiários do PBF com idade até 48 meses. Aumento de 50% no repasse feito para estes equipamentos, por vaga ocupada por crianças filhos de beneficiários do BF: R\$ 210 milhões repassado em 2012.
 - **2.744 municípios atendidos**
 - 381,5 mil crianças do BF matriculadas em creches
 - repasse, em 2012, de R\$ 210,9 milhões.
 - **Cobertura de 22,8 mil creches (final de 2012).**

Educação em Tempo Integral

- Expansão do Programa Mais Educação em escolas nas quais a maioria dos alunos são beneficiários do PBF (mapeamento por intermédio dos dados do CadÚnico).
- Em 2012 o número total de escolas em tempo integral foi de 32.075. 54% destas escolas tinham maioria dos alunos filhos de beneficiários do PBF.
- Em 2013 a estimativa é de um total de 47.000 escolas em tempo integral com 55% da maioria dos alunos filhos de beneficiários do PBF.

Políticas para as Mulheres e Gênero do BSM

- Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero desde março de 2012
- MDS com a SPM: Capacitação servidores do MDS. Ações do MDS tem sido pensadas em articulação com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, como por exemplo, cursos de capacitação dos membros do Comitê e de profissionais da rede SUAS - cursos introdutórios e de atualização do SUAS, incluindo tópicos e módulos que tratam da questão de gênero, em particular relacionados a violência contra as mulheres.

Participação e Controle Social:

- O MDS desenvolve desde 2011 o “Diálogos com a Sociedade Civil: Brasil sem Miséria”, para ouvir as demandas da sociedade civil e desenvolver políticas no âmbito do BSM. A periodicidade tem sido anual, mas passará a ser semestral em resposta a demanda da sociedade civil.
- Diálogos em Conselhos e Conferências: CNAS, CONSEA.
- Divulgação das ações por intermédio do boletim BSM que tem publicação mensal (boletimbsm@mds.gov.br).
- Necessidade de ampliar a participação social nas políticas do MDS - Plano 2013 (beneficiários do Bolsa por exemplo)

Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e Gênero

- Criado em 2009 e reativado em 2012
- Coordenação: SE
- Composição atual: 2 membros de cada Secretaria (titular e suplente)

	Titular	Suplente
SE	Teresa Sacchet	Bárbara Campos
GM	Marta Luiza Damasco de Sá	Pollyanna Rodrigues Costa
SESAN	Simone Moneta	Carmen Priscila Bocchi
SENARC	Gabriel de Mendonça Rodrigues	Alessandra Rosa Guida
SNAS	Maria Carolina Pereira Alves	Zora Yonara Torres Costa
SESEP	Valéria Aparecida Fazzura	Januário Rodrigues Neto
SAGI	Janine dos Santos	Alba Lucy Giraldo Figueroa

Objetivos principais

- Capacitação em temas relacionados à agenda de direitos das mulheres, gênero e políticas do MDS
- Nivelamento de conhecimento quanto às políticas de cada Secretaria (com destaque às iniciativas relativas as políticas para mulheres e gênero)

Resultados

- Sete sessões de capacitação (abertas a todos os servidores do MDS, conduzidas por palestrantes externos, principalmente)
- Nove reuniões ordinárias (uma vez ao mês), com apresentação de todas as Secretarias.

Temas das Capacitações

1. Gênero e Sexo
2. Relações de Gênero, relações sociais, divisão social do trabalho e uso do tempo
3. Estado contemporâneo e políticas públicas: políticas universais, específicas e transversais
4. Mulheres no Meio Rural: a experiência do MDA
5. Transferência de renda, autonomia econômica e inclusão produtiva
6. Violência de Gênero
7. Representação política, Políticas Públicas e Gênero

Planejamento Estratégico

1. Elaboração

- Oficina de formulação – 1 dia completo (jan/2013)
- 2 reuniões ordinárias para finalização (fev-março/2013)
- Ajustes finais pela coordenação

Metodologia:

- Método Zopp – Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos (com adaptações);

Produto - construção de “duas árvores”:

- Árvore de problemas
- Árvore de objetivos

2. Monitoramento

- No decorrer do ano, nas reuniões ordinárias

3. Avaliação

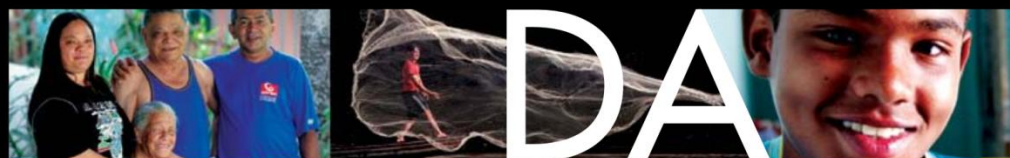
- No final do ano, com relatório de avaliação de resultados e sugestões de ajustes

Plano 2013 - 2014

Objetivos	Ações Principais
1. Acesso a políticas e equipamentos sociais	- Ampliação da rede de Creches e Escolas em tempo Integral (cumprimento das metas do BSM)
2. Acesso a políticas de inclusão produtiva rural	- Estimular participação das Mulheres nos fóruns decisórios (Grupo consultivo do PAA) - Estabelecer percentual mínimo de mulheres: técnicas e beneficiárias em programas de ATER
3. Acesso a políticas de inclusão produtiva urbana	- Maior acesso a qualificação profissional (cursos adequados, creches, busca ativa, divulgação) - Intermediação: Estimular inserção no mercado de trabalho através do SINE e RH das empresas - Estimulo ao microempreendedorismo feminino - Estímulo ao crédito feminino
4. Conhecimento das mulheres sobre seus direitos	- Construção de espaços participativos para beneficiários do PBF - Estimular participação de mulheres nos Conselhos de Segurança Alimentar e representação dos seus movimentos nos Conselhos de Assistência Social

Plano 2013 - 2014

Objetivos	Ações Principais
5 . Informação às mulheres sobre violência e políticas de combate	- Divulgação sobre tipos de violência e políticas de combate na rede Suas
6. Divisão equitativa de tarefas domésticas e de cuidado	- Incentivo à participação dos pais (homens) no cumprimento das condicionalidades do PBF, e no envolvimento com tarefas de cuidado (incentivos e palestras) - Garantir imagens isentas de estereótipos em peças publicitárias do MDS
7. Capacitação dos profissionais da rede SUAS sobre relações de gênero e violência	- Incluir perspectiva e módulos no CapacitaSuas - Promover campanhas sobre tipos de violência e enfrentamento
8. Ampliação do conhecimento dos servidores do MDS sobre políticas de gênero	- Divulgar pesquisas sobre impacto de políticas públicas desagregada por gênero e incluir perspectiva nas pesquisas - Divulgar ações do Comitê na Intranet - Capacitação
9. Articulação com SPM	- Articular ações do Comitê com ações do PNPM - Estabelecer diálogo constante com a SPM para





PLANO

BRASIL SEM MISÉRIA

